

Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores da fronteira agrícola amazônica

Xavier Arnauld de Sartre¹

Resumo: Baseado no estudo de grupos familiares de uma fronteira amazônica, este artigo objetiva demonstrar as diferenças existentes entre os objetivos de atores do desenvolvimento e as transformações efetivamente realizadas. A partir da constatação da existência de uma “crise” entre os pais (colonos) e os filhos, os atores do desenvolvimento tentam aproveitar essa ruptura para modificar as práticas dos filhos de colonos, dando às mesmas o sentido que os atores de desenvolvimento desejam. O sindicato dos trabalhadores rurais, principal ator do desenvolvimento nas regiões de fronteira, tenta profissionalizar a agricultura familiar, fazendo dela um grupo que tem uma alta auto estima, capaz de produzir de forma sustentável e politicamente organizado. Entretanto, o estudo da profissionalização dos filhos de colonos indica que ainda falta muito para que eles sejam “profissionais”. Construindo indicadores da profissionalização da agricultura familiar a partir de uma análise dos discursos de filhos de colonos, esse trabalho mostra que, apesar deles terem, em vários casos, atitudes diferentes das dos pais, eles não estão se profissionalizando, mas se urbanizando e ligando-se ao mercado.

Palavras chave: jovens agricultores, trabalhadores rurais, Amazônia
Keywords: young farmers, family, rural worker, Amazonia

Summary: Based on the study of family farmers in an Amazonian frontier, this paper aims to study the differences between the goals of sustainable development actors (in this case, trade unionists) and the practices and aims of the farmers. Based on the evidence of a crisis between parents and youth, the trade unionists try to use to advantage this rupture to modify the practical of the children of colonists. The rural worker union, which is the main development actor in the region, wants to professionalize the family farming, making of it a group that has one high auto one they estimates, capable to produce of sustainable form and politically organized. However, the study of the professionalization of the children of colonists indicates that it still lacks very so that they are “professional”. Constructing indicators of the professionalization of family farming from an analysis of the speeches of children of colonists, this work shows that, despite them having, in some cases, different attitudes of the ones of the parents, they are not becoming professional farmers, but they becoming more urban and more linked to the market.

Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento participativo, modernização, meio ambiente... Essas palavras, muito usadas pelos atores do desenvolvimento rural, são usadas também pelos sociólogos rurais. Até um tal ponto que José da Souza Martins (2000) estigmatizou o uso desses conceitos por um grande número de sociólogos e chamou atenção para melhor levar em conta a realidade vivida por esses agricultores que se pretende modernizar.

A nossa vontade aqui é de nos colocarmos numa posição de “interface social” (Long, 1989) para analisar discursos de atores do desenvolvimento, tentando entender quais são os pressupostos das políticas de modernização da agricultura familiar para uma melhor articulação dessas políticas com a realidade vivida pelos agricultores. Desse ponto de vista, pretendemos analisar, no caso da região da rodovia Transamazônica, as esperanças suscitadas pela chegada da nova geração de agricultores; e confrontar essas expectativas com as práticas dos jovens.

Mas quando se trata de uma nova geração, devemos levar em conta que esses jovens são, muitas vezes, profundamente influenciados pelos pais. Com efeito, a fronteira agrícola da Transamazônica é um território caracterizado por, pelo menos, dois tipos de esperanças: é uma região para os agricultores familiares brasileiros encontrarem terras livres para poder reproduzir-se enquanto grupo social (Wanderley, 1998); mas trata-se também, dentro do contexto agrário do Brasil (caracterizado pela predominância da grande propriedade), da “possibilidade da emergência nessas regiões de uma agricultura familiar tendo um lugar, uma identidade e um futuro na sociedade brasileira” (Albaladejo, 2001, tradução nossa). Essa vontade de “fortalecimento da agricultura familiar” é assumida, em particular, por instituições ligadas à agricultura familiar, sejam elas sindicais, estaduais ou não governamentais.

Ora, essas duas esperanças são intimamente ligadas às lógicas das famílias. Mesmo que essas lógicas tenham sido muito bem caracterizadas por especialistas da agricultura familiar (Brumer *et al.*, 1991; Garcia, 1983), demonstramos que os jovens agricultores estão contestando-las com bastante força (Arnauld de Sartre, 2003), o que nos leva a interrogar as lógicas de instalação na agricultura dos jovens agricultores.

Por essas razões, a nova geração esta sendo objeto de várias esperanças. Tanto para os pais quanto para os atores comprometidos com agricultura familiar. A chegada de uma geração tem um valor social muito forte: “o perfil social das pessoas chegando sempre é um problema capital na medida em que define as propriedades futuras do grupo e pode modificar com mais ou menos força o valor social atual daqueles que o compõem” (Champagne, 1987, tradução nossa). As pressões exercidas sobre os jovens pelos pais e pelos atores sociais comprometidos com agricultura familiar tentam concretizar as esperanças acima expostas; mas não devem esconder que as realizações dos jovens podem ser bastantes diferentes.

É na confrontação dos discursos entre as esperanças dos pais e dos atores sociais e as realizações efetivas dos jovens que está fundamentada nossa contribuição.

AS ESPERANÇAS LIGADAS AO PROCESSO DE INSTALAÇÃO NA AGRICULTURA NA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA

Tanto nos discursos dos pais quanto dos atores do desenvolvimento rural da região da Transamazônica, os jovens são uma fonte de esperança, mas por razões diferentes. Para os pais, eles podem realizar ou a reprodução da família (e, de uma forma mais geral, dos valores da agricultura familiar) ou uma ascensão social. Para os atores do desenvolvimento, eles podem participar da profissionalização da agricultura.

Reprodução de um modo de vida comunitário e aspirações societárias²

No caso da agricultura familiar, com pouco acesso a escola até os últimos anos, os pais são, mais do que em outros grupos sociais, os principais atores da socialização dos jovens. Por essa razão, nos pareceu importante entender as relações que existem entre pais e filhos (ou filhas). Essas relações revelaram diferentes concepções da família e da agricultura familiar. Para entender tanto as relações quanto as concepções, usamos duas ferramentas diferentes de pesquisa: um questionário aplicado junto a 86 famílias de 6 localidades (mapa nº 1) destinado à obtenção de dados gerais sobre a organização das famílias e a localização dos filhos;

e, entrevistas semi-estruturadas com 25 pais de família a fim de recolher discursos explicando os comportamentos observados.

Embora tenha sido muito difícil falar de uma agricultura familiar, sem usar o plural, foi possível casar três argumentos principais nos discursos dos pais em relação ao que fazem, devem ou deveriam fazer os seus filhos: os pais desejam em primeiro lugar que os filhos continuem a lhe ajudar na roça, mesmo que seu filho possua um lote; segundo, os pais almejam que os filhos fiquem perto deles (geograficamente); e por último, gostariam que os filhos mantenham uma independência em relação a patrões, sendo dono do lote e dos meios de produção (caso eles estejam morando na cidade).

Esse último argumento pode servir para revelar o valor dessas vontades. Com efeito, os agricultores que encontramos são pequenos proprietários; apesar das dificuldades que eles enfrentam quotidianamente, e do desprezo do qual eles estão sendo vítimas nas cidades, eles não estão no nível mais baixo da escala social. Por essa razão, eles querem muitas vezes que os filhos mantenham ao menos esse nível, rejeitando com muita força a condição de assalariado (embora ela pudesse dar uma renda melhor). As entrevistas mostraram que a esse estatuto social está ligado um modo de vida comunitário (Dubar, 1991), no qual os pais desejam que os filhos reproduzam o modo de vida caracterizado pelo trabalho familiar e pela proximidade geográfica.

Contudo, todos os agricultores não têm a mesma concepção da comunidade: se os agricultores originários das zonas rurais do Nordeste têm uma concepção muito centrada no trabalho em conjunto (tipo I), os sulistas desejam que o último filho (o caçula) trabalhasse com eles, querendo dos outros apenas uma proximidade geográfica que permita uma vida comum (tipo V). As pessoas que hoje se encontram na roça, fazendo-se reconhecer enquanto agricultores, mas que não têm um passado unicamente de agricultores, não têm exigências específicas em relação aos filhos, a não ser que eles sejam independentes (tipo IV). Mas todos os pais não têm condições (tipo II), força de persuasão (tipo III) ou vontade (tipo II e IV) de impor sua visão de mundo aos filhos. Alguns agricultores da nossa amostra rejeitam a condição de agricultor e acham que as condições de vida deles são difíceis demais para desejar que os filhos tenham as mesmas. Outros (tipo II) não têm condi-

ções de comprar uma terra na proximidade para os filhos e nem vontade de fazer uma nova migração: eles devem aceitar que os filhos trabalhem por outras pessoas, sogros ou patrões e vê-los se afastar pouco a pouco do núcleo familiar.

Mas são os jovens que rejeitam com mais força as exigências dos pais. Nossos dados e os discursos de pessoas-chaves da região mostram que os conflitos entre pais e filhos são numerosos: a autoridade do “pai”, seja em relação ao trabalho em conjunto (tipo I) ou a vida comum (tipo V), é rejeitada por uma parte cada vez mais importante de jovens. As aspirações desses mesmos, consideramo-las como reivindicações societárias, segundo as quais a família e o trabalho agrícola são duas coisas diferentes, autônomas. A comunidade familiar não é mais o grupo social de referência desses jovens que almejam se inserir na sociedade global.

O projeto de profissionalização dos sindicalistas e dos agentes de desenvolvimento

Apesar do fato da comunidade familiar não ser mais o grupo social de referência e da distância cada vez maior que separa os jovens dos pais, os atores do desenvolvimento regional, sobretudo os sindicalistas³, tentam influenciar os jovens. Eles criaram, em particular, as Casas Familiares Rurais (CFR's), destinadas a formar, a partir da pedagogia de alternância, jovens para o trabalho agrícola. Para entender os objetivos das CFR's, passamos um tempo considerável de convívio nessas escolas, analisamos os projetos elaborados e desenvolvidos em torno delas e realizamos entrevistas com pessoas-chaves ligadas a essas escolas. A entrevista com o coordenador da FVPP nos revelou os objetivos dessas escolas:

“P.: E depois, você falou sobre esse seminário que era para mostrar que tudo não estava perdido, que tinha que colocar esperança...”

“R.: Sim... É o trabalho de recuperação de alto estima, né. Você, os jovens têm até medo de falar que ele é agricultor ou agricultora. É uma das maiores dificuldades, a maioria dos jovens eles não se identificam como agricultor. Têm vergonha de dizer. Se dizem estudantes, como qualquer coisa mas eles não falam...”

“P.: E esse problema, você fala que é serio?”

“R.: É, é um dos maiores problema hoje na agricultura brasileira, é esse problema da auto-estima. Tem vergonha de se identificar como agricultor. E a gente na cidade, se você presta atenção, e você conversar com pessoas, inclusive que eram da roça, e que tem uma... eles colocam umas palavras assim que fazem com que essa auto-estima inclusive dos jovens, que é mais sensível, ela se perde cada vez mais. ‘Tá, fulano é colonheiro, é não sei o que, é caipira’. Então são termos que fazem que ele se sente mais pequeno ainda. Porque as vezes dizem isso pessoas que vieram da roça, e as vezes não consegue as vezes nem comer aqui na cidade, porque não tem trabalho, não conseguem... E eles tentem se firmar com esses termos, como se fossem já da cidade... Isso demonstra a falta de auto estima das pessoas.

“P.: Os jovens que estão na roça perderam a estima deles?

“R.: Pode se dizer que 90 % deles têm vergonha de dizer qual a profissão deles.

“P.: E então vocês?

”R.: Nós estamos tentando recuperar a autoestima deles. A Casa, todo esse processo, ele é feito para recuperar a auto-estima deles. Até dentro da Casa, é o final de tudo. Até a questão de conhecer como funciona essa sociedade também. A Casa também ensina isso. Conhecer tudo isso daí porque isso vai fazer como ele participa dentro desse...’.

O coordenador da FVPP faz a mesma observação que fizemos acima sobre a distância que tem entre os pais e os filhos, mas a considera como uma crise de identidade (veremos que nós não concordamos com isso). Para ele, os jovens têm vergonha de se identificar como agricultores: trata-se então, com as CFR, de recuperar a auto-estima deles. Ora, ele usa uma palavra muito interessante para qualificar o trabalho da CFR: o termo “profissão”. A crise dos jovens não é só em nível de identidade, mas também em nível profissional.

Esse fato é corroborado em outras partes das entrevistas realizadas junto aos atores das CFR. Com efeito, eles querem “demonstrar com as CFR que a agricultura vale a pena” (entrevista com monitores de uma CFR da Transamazônica), ou, como disse o coordenador da FVPP:

“[Queremos os jovens] ir a ter uma melhor visão, ver que a roça não é... não precisa necessariamente ser tão duro como ela

é. Pode melhorar, as coisas dependem do trabalho, tudo... e também que a rentabilidade, a renda pode ser melhor. E aí a partir de que a família melhora a renda, o filho também vai se sentir melhor ficando na roça do que arriscar de ir para cidade. São umas das ações que a gente desenvolve: questão da educação, questão da formação, tudo isso...”

Com efeito, segundo o sindicato (Silvestro e *al.*, 2001, fazem a mesma avaliação), os jovens saem da roça não só porque eles enfrentam uma crise de identidade, mas também porque a roça não dá uma boa renda. Os jovens avaliam a renda que podem alcançar na roça, comparando-a com a que teriam na cidade, optando assim por esta última. Trata-se então de melhorar a gestão dos lotes. A representante da FETAGRI estadual em Altamira explicou que é necessário modificar as práticas de gestão dos lotes:

“É por isso que a gente diz para eles que eles estão na terra, eles têm que fazer com que... A gente não diz para eles, mas a gente constrói junto, que a terra é o espaço aonde assim como o cara tem uma empresa na cidade, você tem a sua empresa que é a sua propriedade, e você deve fazer com que ela renda, te dê lucro, que você possa viver bem, que você tenha energia, tenha escola, tenha estrada... Você possa viver saudável lá na sua roça. Assim como uma pessoa que tem uma empresa na cidade vai investir na sua empresa, você possa viver bem e saudável na sua empresa que está lhe dando lucro.”

Trate-se então de importar as práticas de gestão capitalistas (“das empresas da cidade”) aos lotes de colonos: o lote deve “gerar renda, dar lucro”, se deve “investir”. Isso necessita de uma racionalização dos comportamentos econômicos.

Enfim, os sindicalistas criaram uma formação para os jovens, distinta das CFR que tentam atuar em nível da renda e da identidade, para formar agentes comunitários, destinados a fortalecer os Movimentos Sociais. Trata-se de aproveitar da nova geração para organizar os agricultores de uma tal forma que eles possam defender seus interesses face aos governos (do nível municipal até o nível Federal). A pessoa responsável por essa formação explicou-nos os objetivos da mesma:

“Então são 280 jovens com essa linha de pensamento e tu percebes que aonde eles se encontram eles se identificam como participantes do projeto “Agente de desenvolvimento”, ou dos cursos de formação, etc. Os temas trabalhados no projeto são relacionados ao sindicalismo, à política mesmo e à construção de políticas públicas. A intenção maior de trabalhar esses temas é fortalecer a agricultura familiar e essa coisa de interagir campo e cidade na construção de uma proposta de um projeto regional tendo em vista todo o processo político que é traçado pelo governo.”

Podemos dizer, para concluir essa parte sobre os sindicalistas, que se trata para eles de lutar contra a “crise de identidade” dos jovens profissionalizando-os. Com efeito, trata-se de atingir três níveis: um nível identitário, um nível econômico e um nível político. Ora, a sociologia das profissões (Dubar e Tripier, 1998) considera que, num sentido sociológico, pode-se considerar que as profissões têm três dimensões: uma dimensão política (em termos de organização de um grupo para defender seus interesses), uma dimensão identitária e uma dimensão econômica (possuir um saber técnico). Pode-se dizer então, que se trata para os sindicalistas de profissionalizar os agricultores familiares a partir dos jovens.

Esquematizar os discursos de pais e atores do desenvolvimento do ponto de vista da interface social

Os discursos dos sindicalistas revelam a originalidade da posição dos agricultores familiares: se trata de agir aos três níveis identificados considerando que os pais não são vistos como agentes atuando nesse sentido. Simplesmente porque a organização social dos agricultores familiares não funciona como uma classe social organizada para defender seus interesses, mas com uma base familiar ou comunitária (Brumer e *al.*, 1991). Isso explica que as estratégias econômicas dos agricultores são ligadas às necessidades de consumo e mão-de-obra familiar (Garcia, 1983).

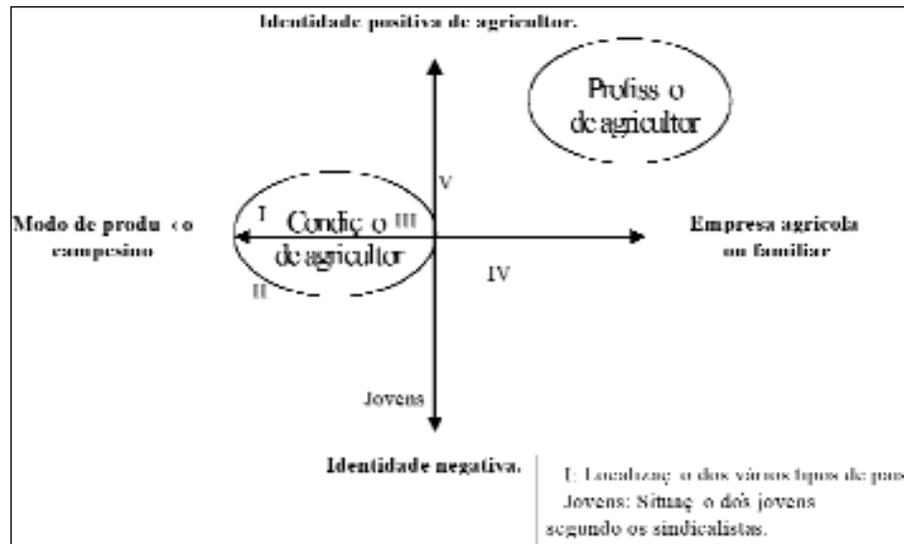
Isso corresponde ao que Maria Wanderley (1998) chama de agricultura camponesa: “A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família”. Constatamos também que não somente os filhos não se identifi-

cam como agricultores, mas os próprios pais que encontramos também não dizem que a profissão deles é a agricultura (há vários casos, excetuando os agricultores originários do Sul do país). A diferença com os jovens é que não é porque “eles têm vergonha de dizer”, mas porque eles não consideram que a atividade deles é uma profissão ou um ofício: eles dizem que “moram na roça”; como se eles fossem simplesmente caracterizados por uma localização geográfica (o que chamamos de mundo rural), como se fosse natural que eles estivessem ali. Por essa razão, decidimos dizer que eles não *têm* uma *profissão* de agricultor, mas que *estão* numa *condição* de agricultor.

Deste modo, isso representa uma oposição as expectativas dos sindicalistas: ao nível das identidades, eles desejam o surgimento de uma identidade positiva de agricultor. A diferença é ainda maior aos níveis econômicos e sociais. Se a agricultura familiar funciona segundo lógicas sociais, introduzir uma gestão mais capitalista significa racionalizá-la. Ora, Max Weber (1920) demonstrou que passar de lógicas sociais a lógicas econômicas é uma das transformações mais importante na “historia das civilizações”: “A organização racional da empresa capitalista não teria sido possível se não fossem dois outros fatores que foram muito importantes para essa evolução: a separação da gestão econômica e da empresa, que hoje é dominante na vida econômica em geral; a contabilidade racional, estreitamente ligada a esse primeiro fator” (tradução nossa). Os discursos acima analisados não demonstram uma vontade diferente: trata-se de modificar fundamentalmente as lógicas dos agricultores familiares, de modernizá-los.

Propomos esquematizar essas diferenças num gráfico com dois eixos. No eixo horizontal, colocamos o tipo de agricultor familiar usando as categorias de Brumer et al. (1991), o que reproduz uma distinção entre modo de produção camponês (Chayanov, 1965) e modelo capitalista (Weber, 1920). No eixo vertical, colocamos a questão da identidade em relação a agricultura (identidade positiva e negativa; a identidade neutra está no centro). No encontro entre esses dois eixos surgem as categorias em relação ao trabalho agrícola, com as duas categorias de condição e profissão de agricultor.

Podemos situar nesse esquema os tipos de agricultores que distinguimos acima: os tipos I e II são muito próximos do modo de

Esquema nº 1: Tipos de agricultores familiares

produção campesina, embora o tipo II seja mais numa identidade negativa da agricultura. O tipo III, mais capitalizado, é mais do lado capitalista, mesmo se pensa as estratégias em termos familiares. Esses três tipos se situam na condição de agricultores. O tipo IV considera a agricultura como uma fonte de renda, mas pouco atrativa em termos de identidade. O tipo V é um tipo que também individualiza menos a produção da família, e tem uma identidade de agricultor muitas vezes bastante positiva. Os sindicalistas que encontramos, que foram agricultores do tipo V, têm a visão profissional; segundo eles, os jovens estão numa perspectiva bastante desligada do modo de produção campesino embora não esteja capitalista, e têm uma identidade muito negativa; ademais, eles sempre falam dos jovens como sendo um grupo só, tendo sua própria identidade.

A distância que teria entre esses três tipos de atores coloca-nos numa perspectiva que Norman Long (1989) chama de “interface social”: “Uma interface social é um ponto de interseção crítica entre diferentes sistemas sociais, campos ou níveis de ordem social onde discontinuidades estruturais, baseadas sobre diferenças de normas culturais ou de interesses sociais, podem ser encontradas” (tradução nossa). A segunda parte da citação é importante no sentido que implica, para nós, de fornecer aos sindicalistas (e, talvez, as pessoas que definem políticas públicas), chaves para entender os pressupostos das mudanças que eles desejam. “Esse

interesse pela interface vai além da simples vontade de documentar um tipo de luta, de negociações e de acomodações que têm entre os agentes de desenvolvimento e os demais atores locais. O conceito funciona como uma metáfora para mostrar os pontos de diferenças estruturais inerentes a vida social em geral e particularmente sensíveis em situação de intervenção. Em outras palavras, isso sensibiliza o pesquisado sobre a importância que tem a pesquisar como os diferentes interesses dos grupos sociais, as interpretações culturais, os saberes e os poderes são perturbados ou transformados nesses pontos críticos de confrontação” (*Ibid.*, tradução nossa). Trata-se, no final, de fornecer uma ferramenta de discussão entre agricultores, pesquisadores e sindicalistas (Albaladejo, 2000).

CHAVES DE LEITURA DAS CONCEPÇÕES DA AGRICULTURA DOS JOVENS

A partir do quadro proposto acima, podemos analisar as concepções que os jovens têm da agricultura. Realizamos para isso entrevistas biográficas semi-estruturadas com 52 jovens agricultores⁴. Analisamos as entrevistas com o método de Didier Demazière e Claude Dubar (1997) com objetivo de entender as categorias de apreensão do universo “profissional” desses jovens para se chegar numa tipologia. A análise das entrevistas revelou que os jovens entrevistados relacionam três temas com o trabalho agrícola. São esses temas que vamos apresentar aqui, para entender em que medida eles permitem realizar a tipologia.

Trabalho com os pais e condição de agricultor

As formas de trabalho com os pais e a vida comum constituem um indicador evidente da “condição de agricultor”. Com efeito, se como mostramos a condição de agricultor se caracteriza, mesmo depois do casamento, pelo trabalho familiar e a proximidade geográfica, podemos então estudar como os jovens trabalham de fato com os pais e quais são os discursos em torno desse trabalho.

Observa-se que os filhos de colonos casados que ficaram no mundo rural (66 % dos jovens)⁵ localizam-se perto dos pais (67 % dos rapazes e 52 % das moças), e que, no caso dos rapazes, essa proximidade geográfica permite muitas vezes a existência de relações de trabalho com os pais (45 % dos rapazes). Porém, todas

essas formas de trabalho em comum não são comparáveis, da mesma forma que os que não estão trabalhando com os pais têm razões diferentes para não fazê-lo.

Alguns jovens trabalham o tempo todo com os pais, sentindo-se obrigados a isso por razões morais:

“Tem que ajudar o velho: quem foi que me criou desde que nasci até agora? Quer dizer, tem que ajudar ele.”

Embora esse filho de colono (casado de 40 anos) acha que o pai tem uma autoridade excessiva, ele trabalha com ele por obrigação porque o pai cuidou dele “desde que nasceu até agora”. Ora, ele trabalhou para o pai faziam mais de 20 anos quando o encontramos. A “dívida” dele deveria estar “paga” há muito tempo. A dívida é sobretudo moral, e todos os jovens não aceitam-na: um jovem de 35 anos, casado com 4 filhos, foi embora do lote do pai para ir morar no fundo de um travessão (vicinais perpendiculares ao eixo principal da rodovia Transamazônica):

“P.: E começou a trabalhar no teu lote, unicamente, quando?”

“R.: Primeiro eu vim trabalhar com o pai aqui, tocar o lote de lá, aí sempre havia uns desentendimentos de serviço, eu queria fazer de um jeito aí ele puxava de outro jeito, aí todo serviço que eu queria fazer, ele não concordava direito, ele sempre achava que eu tava errado, aí eu falei: ‘Então o senhor toca do seu do jeito, do jeito que o senhor quiser e eu faço o meu, do jeito que eu quero’; Aí pronto. Ele se mostrou um ecologista, sabe? Não queria fazer derrubada, não queria fazer desmatamento não queria fazer queimada nas coisa e aí não tinha condição de trabalhar junto com eles, porque quem tava aqui dentro não podia deixar a juquirá tomar conta da casa, o mato vir na pontinha da casa, tinha que abrir espaço nesse terreno pra trabalhar, criar alguma coisa e partir pro que tava dando lucro, o que tava dando lucro não, o que tinha assim um pouco mais futuro, não mexer com coisa ingrata que você ia só trabalhar de graça e depois não ia ter nenhum... saldozinho né? E aí eles queria que eu ficasse aí trabalhando assim roçar, fazer uma rocinha de arroz, plantar o milho, plantar o feijão, plantar a mandioca, plantar só naquele pedacinho ali. No outro ano dá uma ajeitada ali, coisa assim como se não tivesse outra terra mais sabe?”

Fosse só aquele pedacinho ali e fosse nascer e se criar menino e neto só naquele pedacinho ali aí eu vi que não tinha futuro, era um tipo de trabalho que era pra ser colocado noutra região, mas não aqui, não tinha jeito, era muito trabalho e no fim não dava... Você ia morrer trabalhando sem ganhar nada, aí eu saí fora deles, aí fui pró Surubim trabalhar lá, levei a mulher e o menino pra lá, nesse tempo eu só tinha um, aí comecei trabalhar lá sem condição, tinha trabalhado aqui e deixei tudo aqui pró pai e ele era contra essas derrubadas, eu fui botar três alqueires e ele todo tempo contra: “Não, não pode fazer desse jeito, você vai derrubar toda a mata, depois amanhã você vai precisar de fazer uma roça e não tem mata”; e botando areia e eu disse: “Não, eu tenho que fazer roça porque? o gado tá passando fome e eu não quero vender o gado porque não tem pasto”, prefiro vender o gado todo, agora vender o gado porque não tem pasto eu não faço isso não, vou derrubar e pronto e trabalhei uns três a quatro anos roçando.”

A recusa da autoridade do pai pode se traduzida de diferentes formas: esse jovem comprou seu próprio lote; outros tentam trabalhar o menos possível com o pai; outros vão-se embora para ser empregado numa fazenda ou na cidade. Mas sempre é um bom indicador das concepções da agricultura, como sendo na condição de agricultor ou mais profissional. Pode-se distinguir entre vários tipos de situação, do mais dependente até o independente: primeiro, os solteiros já velhos (mais de 35 anos) e que não pensam em casar, morando com os pais e trabalhando o tempo todo com eles, que decidem tudo; depois, os jovens casados que trabalham a maior parte do tempo no lote do pai, também sob a direção dele; os jovens casados mas autônomos que moram perto dos pais e trabalham regularmente com eles, mas tendo as próprias lavouras e comercializando-a; jovens independentes dos pais, que nunca trabalham com eles (muitas vezes moram longe); assalariados que nunca ajudam os pais.

Ora, o trabalho com os pais não é um indicador suficiente para caracterizar o tipo de relação com agricultura. Os conflitos entre gerações são freqüentes, em toda sociedade; e razões agro-econômicas podem explicar o afastamento. Mas os jovens relacionaram sempre o casamento e a relação com a família nuclear (esposa e filhos) com agricultura.

Casamento e família nuclear entre “forma social comunitária” e “societária”

Se o econômico e o social, a agricultura e a família, são confundidos no que chamamos “condição de agricultor”, então o casamento deveria ser o princípio de um “estabelecimento agrícola”. A análise de um casamento, o de M. (marido) e E. (esposa), pode ajudar a entender o significado do casamento dentro da condição de agricultor e suas evoluções contemporâneas. O marido tem uma visão muito “tradicional” do casamento:

“P.: Porque tu querias casar tão rapidamente (uma semana)?

“M.: São coisas que eu não sei explicar, bom... uma das coisas é que eu pretendia me estabelecer aqui, ter uma terra e construir alguma coisa e eu sozinho, eu sabia que não ia conseguir e eu tinha um sonho, de casar e me estabelecer, eu achei que seria o momento e que se alguém, uma pessoa que, pelo menos a gente imaginou que fosse a pessoa ideal, fosse uma pessoa boa, fosse uma pessoa legal, pelo menos imaginou na hora que fosse, então foi essa pessoa mesmo. Você vê e gosta no mesmo instante, talvez poderia até, no momento que conversasse com ela, eu chegasse e dissesse que não era aquela pessoa e desistia, mas não, eu acho que foi mais isso, achar que seria a pessoa certa e eu acho que pra construir qualquer coisa, eu acho que aqui era a primeira coisa depois eu comprei um lote, mesmo tempo eu comprei um lote na vicinal, 15 quilômetros, me deu uma idéia maluca de ir pra lá, 15 quilômetros sem estrada, sem nada. (...) Aí eu já era casado na época e a mulher pediu logo o divórcio: “*se vai pró lote sozinho*”, sozinho eu num ia.

“P.: A E. falou isso?

“M.: Falou, tava recém casado, com uns dois mês de casado, eu comprei o lote e já tava decidido, quando tava tudo arrumado pra ir pró lote ela disse: ‘*você vai sozinho, eu vou ficar aqui, daqui eu num volto, posso voltar pra casa dos meus pais de novo, mas pró lote eu num vou*’, daí eu desisti.”

Pode se ver aqui que para o M., casar-se e ter um lote são dois elementos estreitamente ligados; quando casou-se, foi para “estabelecer-se”, e quando ela ameaçou deixá-lo sozinho se ele fosse para o lote que havia comprado, ele teve que desistir dessa idéia. Portanto, o tipo de casamento característico da condição

de agricultor está sendo contestado. O casamento é claramente um meio de sair do lote do pai, ou da roça: um filho casado tem mais possibilidade de emancipar-se da autoridade paternal ou de escolher o lugar onde quer morar do que um solteiro. Isso explica o porque da fuga de muitas meninas da casa dos pais e o fato que muitos casamentos são decididos depois de uma semana de namoro: foi o caso do casamento do M. e da E. Ela casou porque queria sair do lugar onde morava com os pais:

“P.: Tu falou que não queria estudar, mas queria sair do travesão, tu não gostava de lá não?”

“E.: Não tinha nada ali que me agradasse a não ser a minha família mesmo, não gostava dali como ainda hoje não gosto.”

“P.: Porque?”

“E.: Acho que hoje sou parada, tímida, tudo foi por eu viver ali dentro socada, não tinha oportunidade de nada a não ser ir pra igreja, ter aquela rotina, pra igreja, pra casa, às vezes ir pra escola, é muito triste a vida dali de dentro. Não quero voltar pra lá nunca mais.”

“P.: E o estudo foi a maneira de tu sair?”

“E.: Foi, estudo e seguindo o M.”

“P.: O casamento, tu achas que casou mais pra sair de lá?”

“E.: Eu acho que foi o destino, não era muito pra eu sair de lá, mas eu tinha aquela atração pelo M. e botei na cabeça que tinha que casar com ele e que ele podia me ajudar a sair de lá. Foi mais pra sair.”

“P.: Foi por isso que tu casou tão rapidamente?”

“E.: Foi muito rápido, a gente se conheceu numa segunda e noivou na sexta, só não casou no sábado porque não deu né?”

“P.: E tu queria muito casar naquela época, ou como foi?”

“E.: Não, eu não queria tanto casar, mas a minha situação obrigava sim eu me casar, por ser assim um grupo de pessoas eles pegam muito no pé da gente, você não podia namorar com ninguém, só podia namorar com pessoas da igreja, as pessoas implicavam comigo, eu queria sair daquela vida era uma pressão muito grande, num dava não”.

A entrevista com E. é muito diferente da com M. Ele casou para poder estabilizar-se e ter um lote; ela para sair da roça. Isso explica o porque dela não querer ir para o lote dele. Essa diferença vai

além da localização geográfica da família: ela não quer ter mais de um ou dois filhos enquanto ele gostaria do máximo possível. Notadamente, ele diz que o que gostou nela é o fato que ela tinha muitos irmãos e por isso poderia querer muitos filhos; enquanto ela, justamente, rejeita as famílias numerosas.

Esse fenômeno de redução do número de filho é muito comum: as famílias de filhos de colonos com mais de 4 filhos são poucas, a média ficando ao redor de 2 filhos por mulher (em muitos casos as mulheres “ligam das trompas” depois do segundo filho). Autores como Philippe Léna e Isalde (verificar, tenho certeza que o nome dela não é esse) Maciel da Silveira (1993) já notaram isso no início dos anos 90; o fenômeno ganhou força nos últimos anos. Esse pai explica porque não quer mais filhos:

“P.: E agora, quer mais filho?”

“R.: Rapaz, estamos pensando que vamos parar com isso. A esposa não é operada ainda, nem eu, mas 4 filhos acho que é suficiente.

“P.: É suficiente?”

“R.: É, eu acho que sim. A crise que esta hoje em dia, a gente... tem pessoa que tem muito filho, mas não tem condições de dar estudo, zelar. Eu mesmo, estou dando estudo para os meus filhos. Eu vou ver se estou... vou dar estudo para eles enquanto poder, mas a gente não pode dar tudo pro filho porque a gente não tem condição, né. Se é da vontade de Deus também...”

Essa entrevista revela duas mudanças muito importantes: esse pai quer menos filhos para poder cuidar melhor deles; e porque ele quer que eles estudem. Se considerarmos que o trabalho dos filhos é a chave do sistema comunitário (Garcia, 1983), reduzir o número de filhos e não destiná-los à agricultura é uma mudança considerável. Na França, Philippe Ariès (1960) considera que passar de uma concepção de um “filho enquanto parte do patrimônio” a uma concepção dos filhos como seres podendo ter um futuro fora da agricultura é o sinal de uma ruptura com o modo de vida comunitário, e da entrada num modelo societário (Dubar, 2001).

Daí podemos distinguir vários tipos de casamentos e de relações com os filhos, do mais comunitário até o mais societário: o casamento comunitário apresentado no início dessa parte; o casa-

mento fuga, quando um jovem casa apenas para sair do lote do pai ou do travessão; o casamento para construir uma vida comum, com uma base igualitária; o casamento por amor, muito raro na nossa amostra. Os solteiros, evidentemente, não podem ser analisados dessa forma, embora deve-se distinguir entre os que querem casar e os que não pensam em casar, mas em ficar no lote dos pais.

Os discursos sobre agricultura: racionalização da gestão do lote

A terceira forma de distinção entre os jovens se baseia na relação com o trabalho agrícola: os discursos sobre o trabalho agrícola dão indícios das concepções do trabalho agrícola, em particular da relação entre as dimensões econômica e social. Vários critérios podem ser apontados.

Vimos nas entrevistas dos pais que muitos deles rejeitavam a condição de assalariado (fora do trabalho assalariado pontual) e a dependência de um patrão. Ora, todos os filhos não rejeitam o fato de ser assalariado definitivamente: isso pode significar que eles não querem se instalar em condições difíceis, ou que eles são atraídos por um modo de vida urbano; mas nesses casos, isso representa uma ruptura com as concepções dos pais (Le Borgne – David, 1998). Aceitar o fato de ser assalariado definitivamente significa que a independência na agricultura não é um objetivo a atingir ou uma condição a reproduzir, mas uma possibilidade.

A relação com financiamentos é um critério essencial da racionalização das lógicas (Weber, 1920). Quando se recebe um financiamento, o fato de ter lhe investido no lote, de poder fornecer cálculos em termos de investimento – renda, de poder devolver o dinheiro ao final do prazo ou explicar porque os objetivos não foram alcançados, constituem indicadores da capacidade de gerenciar os lotes “como uma empresa na cidade”.

Outro critério importante, a comparação entre as principais fontes de renda dos lotes de pais e filhos: parte da produção comercializada, tipo de comercialização, fonte de renda não agrícola, transformação dos produtos, tipo de cultivo escolhido... todos esses critérios podem revelar diferenças, em termos de racionalização (ou não) da gestão dos lotes.

Encontra-se (raramente) casos de jovens agricultores que rei-

vindicam um saber especificamente agrícola e que valorizam a agricultura como sendo uma atividade útil para todos, necessitando um saber específico. Esse saber, pode ser adquirido nas escolas agrícolas ou na própria educação com o pai e da experiência do agricultor. Enfim, esse critério nos parece como sendo o mais interessante quando ele é encontrado,

Assim, podemos fazer uma tipologia dos jovens segundo os discursos deles sobre agricultura. Uma boa parte deles não têm nenhum discurso: somente importa a situação fundiária e o fato de ser autônomo. Desses jovens, deve-se distinguir entre: os que moram com os pais e obedecem aos pais; os que são assalariados ou meeiros e que ficam na espera de um lote; os que acabam de conquistar sua autonomia, mas para os quais ainda não se pode observar práticas e nem recolher discursos; os que têm uma outra atividade além da agricultura, e que não falam dessa outra atividade.

Encontra-se, dentro dos que falam da agricultura, vários tipos segundo os vários critérios acima citados. Mas qualquer que sejam as práticas desses jovens, observa-se de uma forma nítida que nem sempre um jovem que gerencia seu lote de uma forma “racional” tem um discurso positivo sobre agricultura: muitos dizem que estão lá porque não tem outra oportunidade, porque “nunca tiveram sorte com cidade”, ou porque foram obrigados pelos pais.

TIPOLOGIA DOS JOVENS AGRICULTORES DA TRANSAMAZÔNICA: UMA MOSAICA DE CONCEPÇÕES DA AGRICULTURA

Podemos, a partir dos três critérios expostos acima (relação com os pais, com família nuclear e com trabalho agrícola), fazer uma tipologia para ver se os jovens realizam as esperanças colocadas neles ou se as realizações deles são diferentes. Para isso, iremos utilizar o esquema 1, tentando situar os jovens nos dois eixos.

Um mosaico de concepções da agricultura

Realizamos, cruzando as concepções que emergiram dos discursos e da biografia de cada jovem, uma tipologia na qual se destacam 7 tipos, cada tipo tendo entre 4 e 6 casos. Os tipos foram classificados de A a G, dos que mais estão numa condição de agricultores até os mais profissionais.

Os jovens dos tipos A, B e C são os que o mais reproduzem o que faziam os pais deles; mas em nenhum caso observa-se uma reprodução idêntica. Os jovens de tipo A são os mais próximos da condição de agricultor: eles trabalham com os pais, “ajudando” eles; se casaram com pessoas conhecidas da família por muito tempo, e querem ficar independente dos pais; eles não têm discurso sobre agricultura. Mas todos querem ter 4 filhos ao máximo, contestam a autoridade do pai e querem “melhorar a organização do trabalho”.

Os jovens do tipo B têm pontos comuns com os precedentes, mas saíram do lote dos pais, às vezes depois de uma briga ou usando o casamento. Eles são autônomos na agricultura (assalariando-se quando precisar), mas trabalham com os pais regularmente. Embora eles tenham se separado dos pais, eles têm um modo de produção camponês: trabalham junto com a família, para família, usando as mesmas técnicas que os pais. Porém, esses jovens estão numa crise de identidade: para eles, ser agricultor é “uma vergonha”, e não querem, se for possível, que os filhos sejam agricultores. É como se a autonomia duplicasse a crise de identidade.

Pode-se considerar que os jovens de tipo B são autônomos, os de tipo C são independentes: eles trabalham pontualmente com os pais, trocando dias de trabalho. Essa situação deve-se ao fato deles serem filhos de agricultores do tipo V: os pais não exigem ajuda dos filhos, embora eles tenham dado um lote para cada filho. Esses jovens aceitam facilmente o trabalho assalariado; boa parte deles se casaram por amor ou tentam construir uma relação equilibrada com a esposa. Mas eles não são profissionais na medida em que não valorizam a agricultura enquanto profissão, mas porque lhes dá a oportunidade de morar com a família na roça. A cidade é um destino possível para os filhos, sem que esteja tão desejada quanto no caso dos jovens do tipo B.

Os agricultores do tipo D têm duas atividades e moram no lote dos pais, tendo ou não as suas próprias roças. O trabalho fora do lote necessita uma qualificação especial (motorista de máquina, trabalho com moto-serra, técnico agrícola), e dá uma boa renda: a agricultura só é uma atividade a mais, e nos discursos eles valorizam unicamente a outra profissão. Mas isto é o único ponto comum entre esses jovens: a relação com a família nuclear e com os pais varia bastante.

Os agricultores do tipo E estão mais dentro do sistema capitalista: falam do lote em termos econômicos, investem no lote, comercializam e as vezes transformam a produção. Mas esses jovens estão numa crise de identidade muito forte: eles não queriam ser agricultores, saíram para trabalhar na cidade ou no garimpo (o que sem dúvida explica os comportamentos mais capitalistas) e voltaram ou porque fracassaram, ou porque foram obrigados pelos pais. Casaram-se antes de sair do lote ou quando voltaram, “porque precisa de uma mulher para ser agricultor”: para eles, “agricultura é só um jeito”, ou “é ruim”. A racionalização da gestão dos lotes está ligada a uma crise da identidade agrícola.

Os agricultores de tipo F também têm comportamentos economicamente racionais, como os precedentes, mas têm uma relação positiva com agricultura: eles pensam ter um saber específico, adquirido com a experiência. Se eles são independentes dos pais, eles se casaram muito depois de ter saído do lote dos pais: se a família é importante para eles, ela não é nem a finalidade, nem o meio de produção. Todos eles dizem que tinham oportunidade de sair da agricultura, mas que preferiram ficar onde eles têm uma boa renda. Mas esses jovens não se reconhecem dentro de uma classe social, os produtores rurais: eles se julgam muito diferente dos vizinhos, com os quais não querem ser confundidos, não estão sindicalizados e não querem sê-lo. Eles têm uma lógica de acumulação, querem um dia ser fazendeiros.

Se os sindicalistas não gostam dos agricultores de tipo F, os de tipo G são os que mais realizaram as esperanças dos sindicalistas. Com efeito, eles foram formados nas Casas Familiares Rurais; todavia, nem todos os ex-alunos estão nesse tipo. Eles se afastaram dos pais considerados como tradicionais demais (às vezes graças ao casamento), e têm uma lógica de funcionamento bastante econômica e que tenta preservar o meio ambiente. Mas esses jovens estão instalados desde há pouco tempo (a primeira turma se formou em 1998), não sendo possível analisarmos precisamente o que estão fazendo. Entretanto, esse tipo ainda é potencial; seria preciso voltar a campo daqui a alguns anos.

Avaliação das diferenças entre esperanças e realizações

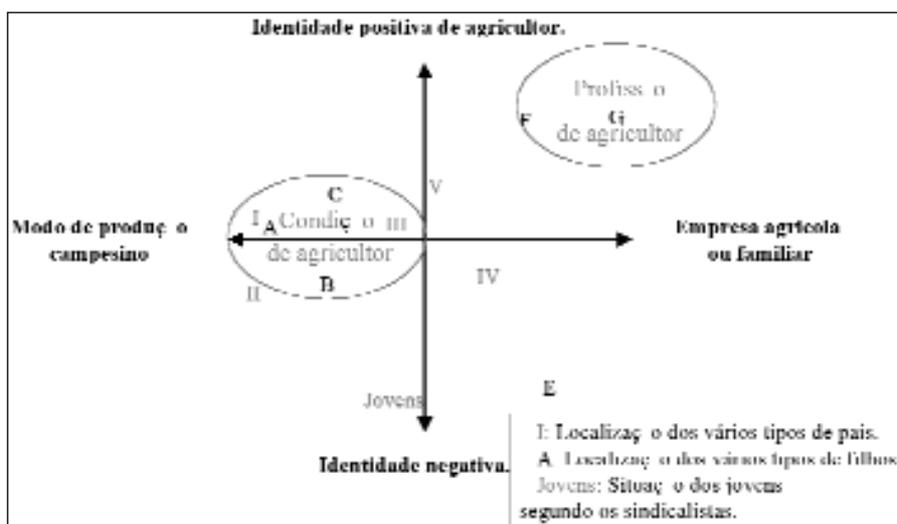
A partir dessa tipologia, situaremos as concepções dos jovens em comparação as dos pais e sindicalistas, tentando formalizar isso no esquema 2.

Em comparação com os pais, os jovens de tipo A, B e C são os que mais reproduzem o que fizeram os pais (os de tipo A e B sendo filhos de pais de tipo I e II, os de tipo C de filhos de tipo V). Porém, já vimos que a reprodução não é tal e qual. Os filhos dos pais de tipo IV encontram-se nos casos D, F e G, o que não constitui uma ruptura com os pais. Exceto esses filhos de pais de tipo IV, todos os filhos de tipo D, E, F e G têm um comportamento muito diferente dos pais. Isso se deve ou ao fato deles terem estudado nas CFR's, ou a experiência nas cidades ou no garimpo que esses jovens tiveram. Portanto, essas experiências não têm o mesmo efeito sobre todos os jovens, porque jovens dos tipos B e C também passaram um tempo ausente do lote paternal, sem isso ter sido decisivo nas concepções desses jovens.

Mas são poucos os que realizam as esperanças dos sindicalistas: os jovens de tipo G ainda não podem ser "avaliados" com precisão, e os mais profissionais, os agricultores de tipo F e E, ou estão vivendo uma crise de identidade forte, ou estão tendo uma dinâmica de concentração fundiária. Em relação ao tipo F, o gráfico escolhido não permite mostrar as grandes divergências que existem entre os membros do tipo e os sindicalistas: isto constitui sem dúvida um dos limites do gráfico.

Podemos dizer para concluir que, ao contrário do que dizem os sindicalistas, as concepções dos jovens em relação a agricultura são várias: se alguns deles estão em crise de identidade, nem todos querem sair da roça. Mas sempre uma valorização ou des-

Esquema nº 2: Diferenças entre esperanças e realizações



valorização do trabalho agrícola estaria ligada à saída do sistema comunitário; confirmando que nesse caso, a agricultura não é uma atividade separada da família. Mas esse sistema está em crise, e os jovens mudam de duas maneiras: primeiro, a socialização familiar é importante para explicar os comportamentos. Mas uma “socialização secundária” (Berger e Luckmann, 1966) nunca esconde a socialização primária, e as influências dos pais ainda são importantes.

CONCLUSÃO

“Hoje, têm mudanças que você não pode evitar, a não ser burro ou perdido no meio da mata”. O jovem que proferiu tal frase estava tentando inventar uma nova forma de se relacionar com sua esposa, com a agricultura, com a cidade... Longe dos planos dos pais ou dos sindicalistas, uma parte dos jovens estão construindo um futuro original. A maioria dos jovens quer reduzir o número de filhos, cuidar deles, separar-se dos pais. Os sindicalistas falaram de crise de identidade, mas parece que o problema é maior ainda: muitos dados nos fazem pensar que esses jovens estão saindo da condição de agricultor; o processo que começou nesses últimos anos deveria continuar com a geração precedente. Ora, não se deve pensar que eles vão numa direção já desenhada: a modernidade é múltipla, em mosaico...

Talvez as escolhas que nós fizemos nesse artigo são pouco adaptadas para mostrar isso: com efeito, as entrevistas dos jovens foram analisadas a partir das categorias dos pais ou dos sindicalistas. Se de um lado fizemos isso para mostrar que o caminho dos jovens não vai numa direção determinada, de outro, esse tipo de análise não revela as categorias de percepção da realidade dos jovens.

Portanto, mesmo existindo outros caminhos para entender essas categorias, achamos que ter mostrado a importância da socialização secundária abre espaço à criação ou ampliação de instituições de socialização secundária: porque a identidade dos jovens que saem da condição de agricultor é frágil; o surgimento de uma novas categorias de percepção da realidade é doloroso. A vontade que esses jovens tinham de confiar-se a mim, de falar na frente de um microfone, mostrou que eles precisam

exprimir-se e ser ouvidos. Definir políticas articuladas com as esperanças deles não é só “participativamente correto”; é uma necessidade.

NOTAS

- 1 Charge de recherches; Unité mixte de recherches Société environnement territoire; Centre national de la recherche scientifique / Université de Pau et des Pays de l'Adour; Avenue du doyen Poplawski – 64000 Pau; xavier.arnauld@univ-pau.fr.
- 2 Essa parte é resumo de um artigo nosso, Arnauld de Sartre, 2003.
- 3 Trata-se dos membros dos STR reunidos na Fundação Viver Produzir Preservar, FVPP, e da FETAGRI regional.
- 4 Entende-se por jovem agricultor filhos e filhas de colonos que não vão para escola, têm mais de 16 anos e menos de 35 anos, sendo a maioria dentre eles entre 25 e 35 anos; 40 jovens são casados ou ajuntados.
- 5 Sobre uma amostra de 350 jovens, originários de 86 famílias da frente pioneira.

BIBLIOGRAFIA

- Albaladejo, Christophe. 2000, “O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessárias”. In: J. Hébette et R. da Silva Navegante (Org.), *CAT – Ano décimo*, Belém-PA: UFPa, pp. 173-213.
- Aries, Philippe. 1960, “L'enfant dans la famille”. In: *Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIII^e siècle*, Paris: Le Seuil, p. 322-343.
- Arnauld De Sartre, Xavier. 2006, *Fronts pionniers d'Amazonie. Les dynamiques paysannes au Brésil*. Paris: CNRS Éditions, Collection Espaces et milieux, 223 p.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas. 1966, *Social construction of reality*. New York, USA.
- Brumer, Anita; Dugue, Ghislaine; Lourenço, Fernando Antônio; Wandernley, Maria de Nazareth. 1991, “A agricultura familiar nos Brasil”. In: H. Lamarche (Ed.), *A agricultura familiar, uma realidade polimorfa*, Paris: L'Harmattan.
- Champagne, Patrick. 1987, “Capital culturel et patrimoine économique: le cas de l'agriculture bressanne”, Paris: *Actes de recherche en sciences sociales*, n° 69, p. 51-66.
- Chayanov, Alexander V. 1966, *The theory of peasant economy*. Illinois, USA: Richard Irwin Inc., 317 p.
- Demazière, Didier et Dubar, Claude. 1997, *Analyser les entretiens biographiques*. Paris: Nathan, 350 p.
- Dubar, Claude. 1991. *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin, Collection Université, 276 p.

- Dubar, Claude. 2001, *La crise des identités. L'interprétation d'une mutation*. Paris: Presses Universitaires de France, Collection Le lien social, 239 p.
- Dubar, Claude et Tripier, Pierre. 1998, *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin, 256 p.
- Garcia Jr., Afrânio Raul. 1983, *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 236 p.
- Léna, Philippe; Maciel Da Silveira, Isalde. 1993, *Uruará: o futuro das crianças numa área de colonização*. Belém: UNAMAZ – UFPa, 96 p.
- Le Borgne – David, Anne. 1998, *Le salariat plutôt que la malaria. Les migrations paysannes du Sud-Brésil vers l'Amazonie*. Paris: L'Harmattan, Collection Recherches Amériques Latines, 225 p.
- Long, Norman (Ed.). 1989, *Encounters at the interface. A perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen: Wageningen Studies in Sociology, n° 27.
- Silvestro, Milton Luiz; Abramovay, Ricardo; Antonio De Mello, Márcio; Dorigon, Clovis; et Baldissera, Ivan Tadeu. 2001, *Os impasses sociais da sucessão hereditária da agricultura familiar*. Florianópolis et Brasília: EPA-GRI, NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 120 p.
- Wanderley, Maria de Nazareth. 1998, “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: J. C. Tedesco (Ed.), *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, p. 21-55.
- Weber, Max. 1920, *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Tradução francesa (2001), Paris: Flammarion, Coleção Champs, 393 p.